



**Estado do Rio Grande do Sul**

**Câmara de Vereadores de Getúlio Vargas**

Rua Irmão Gabriel Leão, nº 681 – Fone/Fax: (54) 3341-3889

CEP 99.900-000 – Getúlio Vargas – RS

[www.getuliovargas.rs.leg.br](http://www.getuliovargas.rs.leg.br) | [camaragv@camaragv.rs.gov.br](mailto:camaragv@camaragv.rs.gov.br)

**CÂMARA DE VEREADORES DE GETÚLIO VARGAS**

Rua Irmão Gabriel Leão, 681

Getúlio Vargas-RS 99.900-000

Processo Administrativo nº 139/17-DL/12/2017 – Dispensa de Licitação  
Art. 24, inciso II, Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

Objetivo: Execução do Plano de Prevenção Contra Incêndio (PPCI) do Prédio da Câmara de Vereadores.



**Estado do Rio Grande do Sul**

**Câmara de Vereadores de Getúlio Vargas**

Rua Irmão Gabriel Leão, nº 681 – Fone/Fax: (54) 3341-3889

CEP 99.900-000 – Getúlio Vargas – RS

www.getuliovargas.rs.leg.br | camaragv@camaragv.rs.gov.br

## **TERMO DE ABERTURA**

O Presidente da Câmara Municipal de Getúlio Vargas, no uso de suas atribuições legais, declara e determina por este termo a abertura de Processo Administrativo para contratação do seguinte serviço:

***1 – Execução de Plano de Prevenção Contra Incêndio (PPCI) do Prédio da Câmara de Vereadores, conforme Plano em anexo, em prazo de 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.***

Para tanto seja providenciado os orçamentos necessários.

Para o serviço acima relacionado, será utilizada a seguinte dotação orçamentária:

01- Legislativa

01031- Ação Legislativa

0103100001- Execução da Ação Legislativa

01031000012.001 – Manutenção das Atividades do Legislativo

4.4.90.51.00.0000 – Obras e Instalações

4.4.90.51.92.00.00 - Instalações

Getúlio Vargas, 05 de junho de 2017.

Vilmar Antônio Soccol,  
Presidente do Legislativo



**Estado do Rio Grande do Sul**

**Câmara de Vereadores de Getúlio Vargas**

Rua Irmão Gabriel Leão, nº 681 – Fone/Fax: (54) 3341-3889

CEP 99.900-000 – Getúlio Vargas – RS

www.getuliovargas.rs.leg.br | camaragv@camaragv.rs.gov.br

**PARECER Nº 12/2017, em 14/06/2017 – Proc. Adm. 139/17-DL/12/2017**

*Dispensa de licitação, para execução do Plano de Prevenção Contra Incêndio (PPCI) do prédio da Câmara Municipal de Vereadores de Getúlio Vargas – RS;*

Tendo em vista a solicitação do Presidente desta Casa Legislativa de abertura de Processo para contratação do serviço de execução do Plano de Prevenção Contra Incêndio (PPCI) do prédio da Câmara Municipal de Vereadores de Getúlio Vargas – RS., tendo em vista a conclusão das obras do referido imóvel, bem como a necessidade de renovação do alvará dos bombeiros, com o intuito de adequação as exigências legais acerca da matéria, o parecer é no seguinte sentido.

Em conformidade com o artigo 38, inciso VI, da Lei 8.666/93, que se refere à emissão de parecer jurídico sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade, para aquisições de bens e/ou serviços, segue o mesmo, para a seguinte serviço:

***Execução de Plano de Prevenção Contra Incêndio (PPCI) do Prédio da Câmara de Vereadores, conforme Plano em anexo.***

A Constituição Federal de 1988 obriga em seu art. 37, XXI que a contratação de obras, serviços, compras e alienações, bem como a concessão e permissão de serviços públicos pela Administração Pública seja feita mediante um procedimento prévio chamado de licitação.

Assim, tanto a administração direta como a indireta devem cumprir com esta determinação, conforme preceitua o art. 1º, parágrafo único da Lei 8.666/93, que disciplinou a Licitação.



**Estado do Rio Grande do Sul**

**Câmara de Vereadores de Getúlio Vargas**

Rua Irmão Gabriel Leão, nº 681 – Fone/Fax: (54) 3341-3889

CEP 99.900-000 – Getúlio Vargas – RS

www.getuliovargas.rs.leg.br | camaragv@camaragv.rs.gov.br

Ocorre que a citada legislação previu exceções a esta obrigatoriedade de procedimento para casos específicos.

A Carta Magna faz uma ressalva à exigência de licitação prévia ao dispor "[...] *ressalvados os casos especificados na legislação [...]*" (art. 37, XXI, CF/88). Isso permite que lei ordinária fixe os casos de dispensa de licitação. Assim, coube à Lei 8.666/93, dispor sobre o assunto no art. 24.

Tratando-se de licitação, há duas exceções, quais sejam, a dispensa – artigo 24 da Lei 8.666/93- e a inexigibilidade- artigo 25 da Lei nº 8.666/93.

***"A dispensa de licitação ocorre quando, embora viável a competição, sua realização se mostra contrária ao interesse público"***. (Luiz Gustavo Rocha Oliveira e Fernando Antônio Santiago Júnior. Licitações e contratos administrativos para empresas públicas)

Como o interesse público é o fim a ser atingido pela Administração Pública, se a competição se mostra contrária a este fim, ocorre a dispensa.

Assim a lei Geral das Licitações enumerou trinta e um casos de dispensa (art. 24, incisos I a XXXI).

Para o caso em questão, poderá se enquadrar em um dos casos de dispensa de licitação, se observado, **o artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/93**, que impõe um limite de 10% (dez por cento) do valor previsto na modalidade de convite. Tal valor atinge o montante de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), ou seja, se o bem e/ou serviço pretendido não alcançar tal limite de valor, a licitação é dispensável.

Ante o exposto, como o valor total do serviço pretendido não ultrapassa os R\$ 8.000,00 (oito mil reais), conclui-se que para a execução do Plano de Prevenção Contra Incêndio (PPCI) do Prédio da Câmara de Vereadores, serviço este necessário para a renovação do alvará do corpo de Bombeiros, existindo dotação orçamentária para tanto, bem como não tenha ocorrido outras contratações de objetos de mesma natureza que extrapolem o limite legal acima citado, a licitação é dispensável de acordo com o artigo 24, II, da Lei 8.666/93.

Diante do exposto, o presente parecer é no sentido da possibilidade da contratação do serviço de execução do Plano de Prevenção Contra



**Estado do Rio Grande do Sul**

**Câmara de Vereadores de Getúlio Vargas**

Rua Irmão Gabriel Leão, nº 681 – Fone/Fax: (54) 3341-3889

CEP 99.900-000 – Getúlio Vargas – RS

[www.getuliovargas.rs.leg.br](http://www.getuliovargas.rs.leg.br) | [camaragv@camaragv.rs.gov.br](mailto:camaragv@camaragv.rs.gov.br)

Incêndio (PPCI) do Prédio da Câmara de Vereadores, a ser custeado pelo Legislativo, com dispensa de licitação, tendo em vista o valor da contratação, desde que exista dotação orçamentária para tanto, bem como não tenha ocorrido outras contratações de objetos de mesma natureza que no somatório extrapolem o limite legal, desde que sejam seguidos os requisitos acima demonstrados, em especial pela Lei de Licitações, disposto no artigo 24, inciso II, bem como na Constituição Federal, artigo 37 “caput”.

É o parecer.

Getúlio Vargas, 14 de junho de 2017.

Adv. Lucas Serafini

OAB/RS 76.774

Assessor Jurídico

Câmara de Vereadores de Getúlio Vargas

Getúlio Vargas/RS, 19 de junho de 2017.



**Estado do Rio Grande do Sul**

**Câmara de Vereadores de Getúlio Vargas**

Rua Irmão Gabriel Leão, nº 681 – Fone/Fax: (54) 3341-3889

CEP 99.900-000 – Getúlio Vargas – RS

www.getuliovargas.rs.leg.br | camaragv@camaragv.rs.gov.br

### **DECISÃO**

Tendo em vista a necessidade de contratação dos serviços de execução do Plano de Prevenção Contra Incêndio (PPCI) do Prédio da Câmara de Vereadores, adequando o imóvel para obter a renovação do alvará do corpo de Bombeiros, documento indispensável para o funcionamento deste prédio, tendo, ainda em vista, a necessária adequação do imóvel que acaba de passar por reformas, e analisando os orçamentos apresentados no presente processo, com base no parecer jurídico emitido pela Assessoria Jurídica desta casa Legislativa, determino a contratação, com dispensa de licitação (art. 24, inc. II da Lei nº 8.666/93), da empresa **JARDEL HAIDUCK – ME – HAIDUCK SISTEMAS DE SEGURANÇA (CNPJ nº 14.905.666/0001-01)**, nos termos de seu orçamento, tendo em vista o menor valor orçado por esta empresa.

Os orçamentos apresentados para o serviço pretendido foram os seguintes:

JARDEL HAIDUCK – ME – HAIDUCK SISTEMAS DE SEGURANÇA (CNPJ nº 14.905.666/0001-01) = valor para execução do plano de prevenção contra incêndio (PPCI) = R\$ 2.755,00 (dois mil, setecentos e cinquenta e cinco reais);

EXTIMPASSO EXTINTORES LTDA, CNPJ nº 01.153.806/0001-82 = valor para execução do plano de prevenção contra incêndio (PPCI) = R\$ 3.340,00 (três mil, trezentos e quarenta reais);

AGUIA INDUSTRIA E COMÉRCIO DE EXTINTORES LTDA ME, CNPJ nº 23.169.749/0001-62 = valor para execução do plano de prevenção contra incêndio (PPCI) = R\$ 3.591,00 (três mil, quinhentos e noventa e um reais);

Pela análise dos orçamentos apresentados percebe-se que o menor valor orçado para execução do PPCI para o prédio desta Casa Legislativa é o da empresa JARDEL HAIDUCK – ME – HAIDUCK SISTEMAS DE SEGURANÇA (CNPJ nº 14.905.666/0001-01), cujo valor é de R\$ 2.755,00 (dois mil, setecentos e cinquenta e cinco reais), motivo pelo qual se define a sua contratação para prestação deste serviço.

Salienta-se de que a presente contratação se fará com dispensa de licitação tendo em vista que o valor da mesma não ultrapassará o limite legal estabelecido no art. 24, inc. II da Lei nº 8.666/93, qual seja R\$ 8.000,00 (oito mil reais) e cumpre as demais exigências legais.

A execução do projeto de PPCI justifica-se pela necessidade de adequação do prédio da Câmara de Vereadores no combate e prevenção a incêndio, bem como tal serviço é exigência para renovação do alvará dos Bombeiros, documento essencial para o funcionamento do imóvel sede desta Casa Legislativa.

Comunique-se a empresa **JARDEL HAIDUCK – ME – HAIDUCK SISTEMAS DE SEGURANÇA (CNPJ nº 14.905.666/0001-01)** para que apresente a documentação necessária para a realização do serviço.

---

Vilmar Antonio Soccol  
Presidente



**Estado do Rio Grande do Sul**

**Câmara de Vereadores de Getúlio Vargas**

Rua Irmão Gabriel Leão, nº 681 – Fone/Fax: (54) 3341-3889

CEP 99.900-000 – Getúlio Vargas – RS

www.getuliovargas.rs.leg.br | camaragv@camaragv.rs.gov.br

## **TERMO DE ENCERRAMENTO**

Eu, Vilmar Antônio Soccol, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Getúlio Vargas, encerro o presente Processo, que contém 46 (quarenta e seis) folhas:

**Processo Administrativo nº 139/17 DL/12/2017 – Dispensa de Licitação  
Art. 24, II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.**

Assunto:

***1 – Execução de Plano de Prevenção Contra Incêndio (PPCI) do Prédio da Câmara de Vereadores, conforme Plano em anexo, em prazo de 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.***

Protocolo:

Livro Registro/Protocolo dos Processos Administrativos de Dispensa de Licitações nº 139/17 DL/12/2017, Folhas 09.

Getúlio Vargas – RS, 10 de julho de 2017.

Câmara Municipal de Vereadores de Getúlio Vargas.

Vilmar Antônio Soccol,  
Presidente